



Desdobramentos da Teoria do Capital Humano: a assimilação do discurso empreendedor e empregabilidade

Élido Santiago da Silva

Universidade Federal do Delta do Parnaíba (Brasil)

Gilmar Pereira da Silva

Universidade Federal do Pará (Brasil)

Resumo

O presente texto tem por objetivo compreender as noções de empreendedorismo e empregabilidade como desdobramentos da Teoria do Capital Humano. Para tal, analisou-se as falas de entrevistas com 12 jovens concluintes do ensino médio integrado à educação profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) – Campus Parnaíba, por meio de um corpus teórico crítico (MACHADO, 1998; PIRES, 2005; RAMOS, 2002) à Teoria do Capital Humano de Schultz (1973). Como resultado, percebeu-se que as noções de empreendedorismo e empregabilidade constituem o vocabulário dos alunos pesquisados. As manifestações se dão com a reprodução de elementos que reforçam o investimento individual como processo de diferenciação positiva às exigências do mercado. Com efeito, tal reprodução colabora com o processo de fragmentação da identidade dos jovens da classe trabalhadora. Por outro lado, percebeu-se a negação dessas noções, derivadas da Teoria do Capital Humano. A resistência está vinculada à construção de relações sociais que desvelam as formas de exploração empreendidas pelo modo de produção capitalista.

Palavras-chave: Teoria do Capital Humano. Empreendedorismo. Empregabilidade. Unidade de classe.

Human Capital Theory developments: the assimilation of entrepreneurial discourse and employability

Abstract

The present text aims to understanding the notions of entrepreneurship and employability as developments of the Human Capital Theory. For this purpose, we analyzed the interview statements of twelve young Brazilian high school graduates from courses integrated to professional education of the Science and Technology Federal Institute of Piauí - Parnaíba Campus. We used a critical theoretical corpus (MACHADO, 1998; PIRES, 2005; RAMOS, 2002) to Schultz's Human Capital Theory (1973). As a result, we noticed that the notions of entrepreneurship and employability constitute the vocabulary of the students surveyed. The manifestations occur with the reproduction of elements that reinforce individual investment as a process of positive differentiation to the demands of the market. In effect, such reproduction contributes to the process

of fragmenting the identity of young working-class people. On the other hand, we noticed the denial of these notions, derived from the Human Capital Theory. The resistance is linked to the construction of social relations that unveil the forms of exploitation undertaken by the capitalist mode of production.

Keywords: Human Capital Theory. Entrepreneurship. Employability. Class unity.

Evolución de la Teoría del Capital Humano: la asimilación del discurso empresarial y la empleabilidad

Resumen

2 Este texto tiene como objetivo comprender las nociones de emprendimiento y empleabilidad como consecuencias de la Teoría del Capital Humano. Con este fin, se analizaron las declaraciones de la entrevista con 12 jóvenes graduados de secundaria integrada a la educación profesional en el Instituto Federal de Educación, Ciencia y Tecnología de Piauí (IFPI) - Campus Parnaíba. Utilizamos un corpus teórico crítico (MACHADO, 1998; PIRES, 2005; RAMOS, 2002) para la Teoría del Capital Humano de Schultz (1973). Como resultado, se observó que las nociones de emprendimiento y empleabilidad constituyen el vocabulario de los estudiantes encuestados. Las manifestaciones ocurren con la reproducción de elementos que refuerzan la inversión individual como un proceso de diferenciación positiva a las demandas del mercado. En efecto, dicha reproducción contribuye al proceso de fragmentación de la identidad de los jóvenes de la clase trabajadora. Por otro lado, se notó la negación de estas nociones, derivadas de la Teoría del Capital Humano. La resistencia está vinculada a la construcción de relaciones sociales que revelan las formas de explotación emprendidas por el modo de producción capitalista.

Palabras clave: Teoría del Capital Humano. Emprendimiento. Empleabilidad. Unidad de clase.

Introdução

O presente texto tem por objetivo compreender as noções de empreendedorismo e empregabilidade como desdobramentos da Teoria do Capital Humano. O lócus da pesquisa foi o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) – Campus Parnaíba. O estudo contou com a participação de doze alunos que concluiriam o ensino médio integrado à educação profissional ao final do ano de 2017. Os entrevistados foram em sua maioria do sexo masculino, sete participantes, com idades entre 16 e 19 anos.

Essa maior variação dos respondentes se deve às alterações decorrentes da Lei nº. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, que alterou a estrutura e o



funcionamento do ensino médio e, no caso particular do objeto de estudo desta tese, reduziu a formação do ensino médio integrado à educação profissional de quatro para três anos, fazendo com que houvesse seis turmas concludentes no IFPI – Campus Parnaíba no ano de 2017.

Neste texto, os alunos serão representados através de códigos para preservar suas identidades. O numeral arábico que inicia o código representa a ordem da entrevista: 01 representa o primeiro entrevistado, 02, o segundo, 03, o terceiro e assim sucessivamente. Já as letras “H” e “M” que seguem o numeral, representam o sexo dos respondentes e, por fim, as letras “E1” representam o curso de Eletrotécnica, “Ed”, o curso de edificações e “SO”, o curso de informática com habilitação em software, que são os cursos ofertados pelo instituto pesquisado.

Para sustentar as análises, utilizou-se da Teoria do Capital Humano (SCHULTZ, 1973) como fundamento das noções de empreendedorismo e de empregabilidade. Entende-se aqui que esse arranjo teórico é característico da assimilação da doutrina liberal difundida ao final da década de 1950 e intensificada na década de 1970. Sustenta-se que, como produto da assimilação teórica, o processo de fragmentação da classe trabalhadora reside nessa doutrina. Portanto, têm-se elementos fundantes do materialismo histórico dialético como viés de argumentação e análise do relacionamento teórico e prático apresentado nas seções deste artigo.

Com isso, segue-se com a apresentação e análise das entrevistas com os alunos concludentes do IFPI – Campus Parnaíba e a posterior conclusão sobre o processo de assimilação das noções decorrentes da Teoria do Capital Humano por parte dos sujeitos da pesquisa, destacando as congruências e incongruências apresentadas na relação teoria e prática. Com isso posto, apresentar-se-á a teoria que, no entendimento apresentado, é a potencializadora do processo de fragmentação da classe trabalhadora, a Teoria do Capital Humano.

Com o Prêmio de Ciências Econômicas em memória de Alfred Nobel no ano de 1979, Theodore W. Schultz recebeu reconhecimento científico para sua tese de que o crescimento econômico pode ser induzido pelo investimento em educação, saúde e seguridade social. A Teoria do Capital Humano constitui seu cerne na formação e manutenção de uma população escolarizada que,

ao receber assistência de saúde e seguridade social, alavancaria o desenvolvimento econômico.

Para agregar valor às capacidades humanas, Schultz (1973) considerava que era necessário desenvolver a rede de cuidado à saúde, treinamento no ambiente de trabalho, fortalecimento das redes de educação elementar, média e superior, programas de treinamento para pessoas desempregadas e possibilidade de mobilidade e migração de pessoas e famílias para aproveitar as oportunidades de produção sazonal ou temporárias.

Considerando o contexto da época, a sistematização da Teoria do Capital Humano está vinculada ao alinhamento de uma estratégia de contenção do avanço do socialismo sobre os países periféricos do capitalismo global. Porém, a crise do modelo de desenvolvimento baseado no Estado de bem-estar abriu espaço para reconfigurações nas relações do Estado com a burguesia que passara a reivindicar mais poder na determinação da sociabilidade capitalista através de mecanismos de controle propostos pelo mercado.

Assim, a Teoria do Capital Humano passou a referenciar planos nacionais de educação que pautavam o investimento que cada trabalhador poderia fazer em seu próprio capital humano, potencializá-lo e, enfim, gerar o próprio lucro. Como afirmam Bowles e Gintis (2014, p. 221): *“La teoría del capital humano es una expresión de esta tendencia: ahora todos los trabajadores – a los teóricos del capital humano les gusta señalarlo – son capitalistas.”*

As nomenclaturas “capitalista” ou “acionista”, mesmo que sirvam a leituras de contextos econômicos distintos, possuem caráter destrutivo para as frações da classe trabalhadora, pois agem como elemento catalizador para o processo de fragmentação do qual o trabalhador não consegue mais se enxergar enquanto um explorado, mas se vê como um proprietário de um capital raro em um ambiente social repleto de ameaças.

Sennett (2009) destaca que a fase de maior nebulosidade para a compreensão das frações da classe trabalhadora sobre o processo de fragmentação da identidade de classe foi no período de implementação do modelo flexível de produção. Carreiras sólidas foram substituídas por trabalhadores polivalentes que não conseguiam vislumbrar na atividade laboral exercida um elemento de identidade, pois muitas vezes não compreendiam nem a sua execução concreta.



A partir disso, destaca-se as noções de empreendedorismo e empregabilidade, pois possuem bases confusas para o pronto entendimento de seus desdobramentos na sociabilidade capitalista, mas suas polissemias são, de fato, intencionais. Ao distanciar o trabalhador do significado concreto, os intelectuais do capitalismo possibilitam múltiplas conotações particulares para os desdobramentos práticos das noções em questão. Dessa forma, precisamos entender o empreendedorismo e a empregabilidade em seus fundamentos e desdobramentos para a classe trabalhadora. Começamos a seguir pela noção de empreendedorismo.

Em meados da década de 1980, Drucker (1986) anunciava o surgimento de uma nova sociedade baseada na articulação científica da iniciativa como força motriz de inovação e geração de oportunidades econômicas. Tal sociedade nasceria sob o domínio de uma alta tecnologia que não determinaria a abertura de novos postos de trabalho – empregos que, paradoxalmente, esse mesmo avanço tecnológico ajudou as indústrias a fechar.

A sociedade empreendedora é uma sociabilidade que foi construída num processo de incertezas advindos do período de transição entre o Estado de bem-estar e a acessão do neoliberalismo. Soma-se ao período a adversidade que capitalismo global enfrentou com a crise do petróleo da década de 1970. Drucker (1986, p. 19-20) afirma que: “Com certeza, o surgimento da economia empreendedora é um evento tanto cultural e psicológico quanto econômico ou tecnológico”.

Ou seja, a sociedade empreendedora de Drucker (1986) foi uma reconstrução simbólica frente ao considerável grau de incerteza econômica vivenciado nos países anglo-saxões. A característica fundamental desse processo de ressignificação foi a implantação de uma administração, dita empreendedora, que encorajasse aos trabalhadores redundantes, aqueles que viviam centrados em uma única rotina laboral, a estarem dispostos a correrem riscos em outras áreas, carreiras ou até mesmo em um negócio próprio.

Aqui, entendemos que a cultural empreendedora é por si decorrente prática da Teoria do Capital Humano pois, segundo Drucker (1986) o conhecimento passou a ser valorizado como um bem que, posteriormente, deveria ser atualizado e adequado às novas demandas. O autor afirma:

A suposição correta é que o que os indivíduos aprenderam por volta dos vinte e um anos de idade começará a ficar obsoleto de

cinco a dez anos mais tarde e terá que ser substituído – ou, pelo menos, renovado – por novo aprendizado, novas habilidades, novo conhecimento (DRUCKER, 1986. p. 354).

Na sociabilidade da sociedade empreendedora, a ação intencionada é direcionada para a coleção de repertórios úteis ao desenvolvimento do sistema capitalista. Drucker (1986) versa que até mesmo o sistema educacional deve ser modificado para atender à necessidade de formação continuada que estava por vir e se confirmou anos depois. O autor indicava que as organizações educacionais deveriam preparar novos “produtos” que seriam consumidos por profissionais que quisessem se manter atualizados em suas áreas ou até mesmo oferecer a oportunidade de mudança de área de atuação profissional. Costa (2009) nos oferece uma síntese da generalização e aceitação do pensamento de Drucker sobre a formação para o trabalho. Sylvio Costa afirma que:

O indivíduo moderno, que se qualificava como sujeito de direitos, transmuta-se, assim, num indivíduo-microempresa: Você S/A. E é justamente por isso que a economia, desde então, já não mais se resume à preocupação com a lógica histórica de processos ligados à produção, mas passa a se concentrar nos modos mediante os quais os indivíduos buscam produzir e acumular capital humano. (COSTA, 2009. p. 177).

6

A mudança cultural gerada pela assimilação dos fundamentos práticos da Teoria do Capital Humano, remete-nos à noção de empreendedorismo. Drucker (1986) não conseguiu estabelecer um conceito claro de empreendedorismo, sem desarticulá-lo do conceito de inovação. Entretanto, notamos que a noção de empreendedorismo está ligada à iniciativa de ação. Aquele primeiro movimento que altera a inércia e tende a reconfigurar a situação atual até em algo desejado.

Mariano e Mayer (2011) mostraram que o empreendedorismo é uma noção em transformação, essas transformações se deram por mudanças tecnológicas na expansão do capitalismo moderno. Primeiro, elas mostram que durante a revolução industrial a noção de empreendedorismo estava ligada ao risco de tomar iniciativa em uma área ainda não explorada comercialmente, seja por dificuldade tecnológica ou pela falta de um mercado consumidor que absorvesse o novo produto. Aqui o empreendedor se diferenciava do investidor, uma vez que o primeiro era o agente de iniciativa inovadora.



A noção que representa os dias atuais está vinculada à ascensão da tecnologia da informação e, segundo as autoras, favorece o surgimento de redes colaborativas de empreendedores. Nessa fase, Mariano e Mayer (2011) destacam o empreendedor social que é um agente de transformação que não estaria vinculado apenas à transformação dos negócios capitalistas, mas sim em transformações na sociabilidade do capitalismo.

Ao pôr as delimitações de Drucker (1986), Costa (2009) e Mariano e Mayer (2011) vê-se que a noção de empreendedorismo está conectada à iniciativa. Pode-se dizer, então, que o empreendedor é o agente da ação que transforma, sendo que nos nossos dias temos vias empreendedoras de aperfeiçoamento ou contestação do sistema capitalista.

Entretanto, a noção usual de empreendedorismo está vinculada à ação instrumental. Aquele que age de forma a aprimorar-se para potencializar o seu impacto sobre a produção da organização a qual emprega seu capital humano. Essa acepção reforça a noção de investimento no acúmulo, o que leva o indivíduo erroneamente a acreditar que é um sócio do grande capital. Costa (2009) versa sobre isso:

O novo empreendedor já não pode mais ser caracterizado como um passivo na contabilidade das grandes empresas e corporações; na verdade, há quem diga, ele já não é mais nem mesmo um ativo, senão um investidor, uma espécie de sócio que investe na empresa em que trabalha o seu capital humano (COSTA, 2009. p. 181).

7

Esse impulso em se tornar um ativo ou um investidor ajudou a estruturar um microsistema educacional vinculado ao empreendedorismo. Assim, a Teoria do Capital Humano e o empreendedorismo se determinam mutuamente rearranjando a cultura educacional em espaços escolares e não escolares. O investimento em uma competência empreendedora passou a ser um componente curricular em cursos de graduação de nível superior e, posteriormente, foi transposto para a educação básica.

Dolabela (2004) descreve que a intenção é propiciar uma mudança de cultura a partir da educação básica, pois só assim seria possível uma sociedade empreendedora. O autor afirma sua posição da seguinte forma:

Não é que minha orientação tenha mudado. É que percebi que, além da universidade, além de trabalhar com estudantes

universitários, é essencial que se trabalhe em todos os âmbitos, em todos os níveis de educação. Há formas de empreendedorismo que concentram renda, conhecimento e poder. Essas formas não são adequadas ao Brasil. Temos que ter atividades econômicas que incluam, e não que excluam a população. Nosso problema não é apenas gerar renda, aumentar o PIB. Nosso problema é de exclusão social, de falta de geração de qualidade de vida, enfim, do que se chama de um não-desenvolvimento sustentável. Essa proposta que hoje me fascina, e que se tornou a essência de meu trabalho, é o empreendedorismo voltado ao desenvolvimento sustentado local. Então, entre 1999 e 2002, com um grupo de educadores e com o apoio da ONG Visão Mundial, desenvolvi um projeto que era um sonho antigo meu: uma metodologia de ensino do empreendedorismo para a educação básica. Batizei essa metodologia de "Pedagogia Empreendedora" (DOLABELA, 2004. p. 128).

8 Notamos aqui um elemento recorrente no discurso sobre o empreendedorismo, a afirmação que a atividade empreendedora é a resposta para a dinâmica desigual de desenvolvimento do modo de produção capitalista, sendo suficiente para equilibrar o processo de centralização e concentração do capital no qual se sustenta o modo de produção vigente.

Porém, na construção da noção de empreendedorismo, a relação sobre desenvolvimento de uma sociedade fica pendente na tipologia de empreendedores que esta mesma sociedade possui entre seus cidadãos. Ou seja, é o indivíduo o responsável pelo grau de desenvolvimento alcançado historicamente e não a complexa dinâmica de relações de produção desenvolvidas interna e externamente.

Assim, a noção se assenta sobre um protagonismo indevido à classe trabalhadora e a responsabiliza pelo sucesso de uma empresa, comunidade ou até mesmo nação. Dolabela (2004) afirma que é preciso uma mudança cultural que faça que esse processo de responsabilização seja aceito pelos trabalhadores.

Dolabela (2004) repete o mesmo que já foi defendido por Drucker (1986) ao conferir ao empreendedorismo um papel maior que de fato pode exercer, mas que, na verdade, transfere a expectativa de sucesso para o indivíduo que é visto enquanto investidor em capital humano. Dolabela afirma que



o que acontece no Brasil não é um processo determinado historicamente, mas, sim, fruto do desperdício de capital humano. O autor ratifica que:

Em cada localidade, por mais pobre que seja, há conhecimento, há riqueza. Essa riqueza está nas pessoas, na forma de tradições locais que não são valorizadas ou não são conhecidas. Temos visto, através do contato com essas pessoas, que essas comunidades e essas pessoas são capazes de produzir processos de geração de autossuficiência. Pobreza não é ausência de renda. Pobreza é a incapacidade de um ser humano utilizar seu potencial para desenvolver-se. Como isso acontece? Desperdiçando sua própria energia, seus próprios recursos, seu capital humano e social (DOLABELLA, 2004. p. 129).

Se analisarmos que hoje no Brasil, o trabalho informal é o maior gerador de renda teríamos na prática um dos maiores países empreendedores do mundo. Entretanto, a noção de empreendedorismo está vinculada à formalização do empreendimento nos padrões burocráticos mínimos aceitos pelo capitalismo internacional. Estabelece-se um filtro que aumenta a sensação de fracasso que afeta boa parte dos trabalhadores que não alcança o sucesso propagado pela mídia empreendedora.

Ehrenberg (2010) ao estudar que o empreendedorismo na França foi divulgado a partir da associação com figuras de notável sucesso nos esportes, fazendo que fosse criado, segundo o pesquisador, um culto ao desempenho. Esse elemento heroico associado à figura do empreendedor não é algo recente, mas representa um componente que induz que todo empreendedor é antes de tudo um desbravador, um realizador.

Desta forma, voltamos ao processo fragmentador operacionalizado pela Teoria do Capital Humano que, ao tratar todos os indivíduos como investidores e, assim, concorrentes, isola cada sujeito na sua própria expectativa de sucesso. Wood Junior e Paula afirmam que:

O indivíduo S.A., um ser combativo, flexível e perfeccionista, reflete o espírito da época. A busca do sucesso é um poderoso organizador do comportamento humano, pois redefine o senso de orientação e estabelece referenciais que reconstituem a sensação de segurança e conforto psicológico diante de um mundo adverso e fragmentado (WOOD JUNIOR, PAULA, 2010. p. 202).

Essa construção de um indivíduo comum, mas que faz aquilo que é preciso para obter o sucesso, é um fator que produz uma maior fragmentação na classe trabalhadora, como também a leva ao adoecimento. Portanto, a noção de empreendedorismo funciona como um elemento de enfraquecimento das relações fazendo “[...] o indivíduo S.A. pode perder contato com a realidade e com os outros” (WOOD JUNIOR, PAULA, 2010, p. 202).

Assim como o empreendedorismo, a empregabilidade estabelece medidas de projeção ao processo formativo. Tentar ser atrativo ao mercado de trabalho por seu repertório de competências e habilidades laborais é o desejo de significativa parcela dos jovens da classe trabalhadora.

Drucker (1986), ao falar sobre as novas características da sociedade empreendedora, indicou que os conhecimentos teriam prazo de validade e que logo deveriam ser substituídos por outros mais recentes e aplicáveis aos novos contextos de uma sociedade em intensa mudança. Com o passar do tempo, esta derivação da Teoria do Capital Humano ganhou o nome de empregabilidade.

Pode-se entender a noção de empregabilidade como um reflexo bancário da Teoria do Capital Humano. Mais conhecimentos acumulados representariam mais repertórios para continuar, em tese, empregado ou uma maior possibilidade de encontrar uma posição no mercado de trabalho. Balassiano, Seabra e Lemos (2005) delimitam a noção de empregabilidade da seguinte forma:

A empregabilidade vem sendo diretamente associada à questão da qualificação profissional, sendo esta representada por um conjunto de atributos que incluem aspectos relativos à educação formal, à capacidade de aprender permanentemente, de empreender, além de um conjunto de atitudes como iniciativa, autonomia e versatilidade. Esses atributos garantiriam aos trabalhadores a decantada empregabilidade, isto é, a capacidade de permanecer no mercado de trabalho (BALASSIANO; SEABRA; LEMOS, 2005, p. 35-36).

Portanto, diferenciar-se é o lema para aumentar a empregabilidade. Lucília Machado (1998) entende o processo de diferenciação como algo que é parte de uma cultura imposta pelo próprio sistema capitalista. Diz ela:



Dentro deste contexto de diferenciação social, o indivíduo é induzido a se diferenciar; a demarcar sua competência especial, a se colocar nas relações mercantis de compra e venda da força de trabalho como uma mercadoria que vale à pena ser negociada e valorizada (MACHADO, 1998. p. 26).

A noção de empregabilidade busca centrar-se no indivíduo para construir um nexos explicativo para sua teoria de desenvolvimento e reprodução do capital. A pesquisadora segue afirmando que a construção de uma retórica que foca no carisma e na individualidade é condição fundamental para o desenvolvimento de uma noção de empregabilidade adequada ao processo de exploração vigente. Ela afirma:

Na formação do pensamento liberal burguês, ocupa um lugar central, como parte da ideologia carismática, o preceito de que a posição dos indivíduos no mercado de trabalho é imediatamente definida pelos seus méritos individuais para os quais seriam determinantes a qualidade de seus atributos, a gama de seus conhecimentos e a eficácia real de suas capacidades pessoais. Esta ideologia aparece, hoje, consubstanciada no discurso da empregabilidade e da competência (MACHADO, 1998, p. 19).

11

Ao transferir para a esfera individual o fardo do desenvolvimento nacional, constrói-se elementos de uma economia da educação que indica que a falta do desenvolvimento econômico no Brasil está situada apenas na precariedade da formação do trabalhador, reforçando o culto à performance individual. Machado (1998) afirma que: “O culto da competência é carismático, é a apologia do poder individual, mediante o qual os produtos da atividade humana aparecem como mágicas, pois se apresentam independentes das relações sociais” (MACHADO, 1998, p. 20).

Sem sustentação empírica, a Teoria do Capital Humano ajudou a sedimentar a noção de empregabilidade através da boa-fé da comunidade científica ou, até mesmo, desleixo. A noção de empregabilidade se sustentou sobre:

A premissa de que o capital educacional do trabalhador garantiria empregos de melhor qualidade e remuneração fundamentada em uma valorização crescente que a categoria empregabilidade vem

recebendo nos últimos anos (BALASSIANO; SEABRA; LEMOS, 2005, p. 35).

Porém, não houve a fundamentação dessa premissa através de dados empíricos. Por isso, Balassiano, Seabra e Lemos estruturaram um estudo composto por um banco de dados com recorte temporal de 120 meses. Agrupando as variáveis escolaridade, idade, salário e empregabilidade para tentar estabelecer relações que justificassem a Teoria do Capital Humano e validassem a noção de empregabilidade como elementos explicativos de uma teoria do desenvolvimento que se fundamenta no acúmulo/nível educacional. Os pesquisadores chegaram a essa conclusão:

Sem desprezar a importância de investimentos na educação dos trabalhadores, não se pode, com base nos dados analisados, afirmar que o investimento em educação formal tem impacto significativo no quesito empregabilidade. *Em outros termos, é possível afirmar que indivíduos com mais escolaridade não são, necessariamente, mais empregáveis.* Ainda quanto ao impacto da escolaridade na empregabilidade dos trabalhadores, deve ser ressaltada a constatação de que *o aumento do salário tem efeito negativo na empregabilidade dos indivíduos, fazendo com que a combinação escolaridade/salários elevados resulte em menos empregabilidade.* (BALASSIANO; SEABRA; LEMOS, 2005, p. 49. Grifos nossos).

Destaca-se que tanto a idade quanto a escolaridade foram favoráveis ao aumento da empregabilidade. Entretanto, pelos dados apresentados, a empregabilidade favorece a idade do trabalhador. Quanto menor a idade maior é a empregabilidade. A escolaridade apresenta relevância para os ganhos salariais, por outro lado, quanto maior o salário recebido menor é a empregabilidade do trabalhador. Portanto, a Teoria do Capital Humano e a noção de empregabilidade como sua consequência não atendem totalmente a seus pressupostos teóricos.

Em outro estudo, que buscou validar a noção de empregabilidade, Lemos, Dubeux e Pinto (2009) estudaram a inserção no mercado de trabalho de 98 egressos do curso de Administração de uma renomada Instituição de Ensino Superior. Como pano de fundo para a análise sobre a mobilidade social, os autores utilizaram a premissa de Pierre Bourdieu que afirma que os



membros das classes com maior poder aquisitivo tinham mais facilidade em se inserir no mercado de trabalho e conseguir melhores postos.

O estudo de Lemos, Dubeux e Pinto (2009) revelou que a tendência descrita por Pierre Bourdieu se replicava no contexto brasileiro. Mostrou que, mesmo defendendo o culto à performance, a Teoria do Capital Humano e a sua consequente noção de empregabilidade, servem de cenário para o processo de centralização e concentração do capital em curso no modo de produção vigente.

Portanto, ao determinar a meritocracia como um divisor, na prática a noção de empregabilidade potencializa a fragmentação da classe trabalhadora. Ao fortalecer o processo de disputa fundamentado na coleção maior de repertórios, a noção de empregabilidade amplia o processo de diferenciação, minando o sentimento de pertencimento do sujeito enquanto classe trabalhadora.

Sendo assim, a Teoria do Capital Humano colaborou para a fragmentação da identidade dessa classe, ao transformar cada um dos trabalhadores em “capitalistas” em disputa no mercado, nesse caso, o mercado de trabalho. O sentimento de empatia, que pertencia àqueles que se encontravam em situação semelhante, deu lugar à desconfiança mútua.

13

Assimilação e reprodução dos desdobramentos da Teoria do Capital Humano

A escola tem papel importante na reprodução da sociabilidade do sistema capitalista, reforçando a confusão causada pelo processo de fragmentação da classe trabalhadora. No interior das relações educacionais, os alunos reproduzem os discursos que produzem e justificam a fragmentação e a dualidade estrutural da sociedade capitalista. Por exemplo, a aluna O6.M.SO (2017) afirma que, “[...] principalmente com uma pessoa que estudou, eu acho um desrespeito”.

Essa fala acentua devidamente o processo de diferenciação que fragmenta a classe trabalhadora e que encontra diversas justificativas entre os próprios trabalhadores. Adam Smith (2010) defendia que o próprio mercado deveria ser baseado por um processo de diferenciação para possibilitar a oferta da maior quantidade possível de produtos. Soma-se a isso, o processo

de formação profissional que graduava os aprendizes até alcançar o posto de mestre da oficina. A fragmentação da formação profissional faz uma divisão entre aqueles que estudaram mais e menos.

Na sociedade atual, o chamado culto ao desempenho (EHRENBERG, 2010) busca um discurso que premia aqueles que mais se esforçarem para alcançar seus objetivos. É a noção de meritocracia da sociedade capitalista. Cria-se e aceita-se um ideal de profissional desbravador que supera as adversidades e sucede. Ele é diferente dos demais, pois seus esforços e inteligência são superiores e, por isso, é digno da admiração coletiva. A sociedade chama este profissional de empreendedor.

A mídia já propaga suficientemente os sucessos dos empreendedores, agora, a escoladireciona uma parcela de esforço para consolidar essa figura no patamar mítico do imaginário dos jovens. A inclusão de uma disciplina sobre empreendedorismo pode denotar mais um traço instrumental que induz ao isolamento dos trabalhadores e repassa a responsabilidade do sucesso profissional apenas ao indivíduo, retirando a conjuntura socioeconômica da pauta de análise. É o que mostrou a retórica de Drucker (1986) que estabelecia que a gestão empreendedora garantiria a expansão de número de vagas necessárias em contraposição ao encolhimento dos postos de trabalho na indústria tradicional.

Por outro lado, Ehrenberg (2010) mostra que a imagem de realizador, desbravador ou conquistador de sucesso tende a criar uma espetacularização do papel do empreendedor. O aluno 05.H.SO dá uma demonstração importante sobre a construção do mito empreendedor, ele diz:

Eu acredito muito no empreendedor. Eu acredito muito que a pessoa que faz o negócio, ela que procura, ela que tem a criatividade suficiente para aplicar aquele negócio. Porque ela pode estar em São Paulo, ela pode estar em BH e ser fiasco naquilo que ela faz, como ela pode estar em Luiz Correa e ser uma empresa de sucesso, então vai muito do empreendedor (05.H.SO, 2017).

Entende-se que há uma tentativa de tornar o empreendedorismo uma ideia consolidada, fato que pode ser visto de forma positiva ao focar no estímulo à pronto-iniciativa que os manuais sobre empreendedorismo propagam (DOLABELA, 2004). Entretanto, o discurso empreendedor também direciona o jovem a um tipo de isolamento fundamentado no culto do desempenho,



favorecendo a fragmentação entre os que se esforçam e os que não se esforçam. Há um juiz justo que apurará quem são os merecedores das glórias do capitalismo: o mercado. De acordo com o concludente O4.H.Ed:

[...] eu acho que, para o aluno que busca, essas questões não são barreiras. Para eles, para outros que buscam, o mercado está aí para eles. Proporcionam um amplo espaço para o mercado de trabalho, para o aluno que quer de verdade estágio e emprego. O aluno sai daqui [...]. Já para aqueles que querem mesmo, esses podem. Dentro do IFPI deixam a desejar algumas coisas do curso, mas eu não vejo como uma barreira para quem quer entrar no mercado de trabalho (O4.H.Ed, 2017).

Adam Smith (2010) defendia que o mercado consumidor escolheria determinado produto fundamentado na sua qualidade e/ou no seu preço. Por isso, torna-se preocupante mediar o destino de jovens com base em qualidades mensuráveis, que isolam o indivíduo em uma espécie de leilão reverso, no qual o funcionário mais qualificado e que aceitar um salário menor sairá vencedor.

Lemos, Dubeux e Pinto (2009) mostraram no estudo com egressos de um curso de Administração que a empregabilidade era favorecida pela rede de contatos que as famílias dos jovens possuíam, sendo os mais favorecidos os aqueles originários de famílias de classes sociais mais altas, ou seja, o mérito vem de berço.

A divisão da classe trabalhadora entre merecedores e não merecedores encontra forte reforço nas próprias práticas escolares a partir da classificação que os profissionais da educação fazem entre seus alunos. Existem os que “querem estudar” e os que “não querem nada”. Por mais bem-intencionada que essa prática possa ser, apenas reforça a distinção entre a classe trabalhadora.

Empregabilidade e o discurso do esforço próprio

Uma das noções derivadas mais difundidas pela reprodução da Teoria do Capital Humano é a empregabilidade, que em forma simples seria o conjunto de características que um indivíduo adquire através de certa formação, escolar ou não escolar, que o tornam atraente ao mercado de trabalho (BALASSIANO; SEABRA; LEMOS, 2005).

Esse mote justifica um desdobramento da concepção da educação bancária apresentada por Freire (2000), visto que o próprio aluno, agora investidor em capital humano, percebe a acumulação de repertórios laborais. Reduz-se, assim, o aprender a uma caça por repertórios que aumentam o processo natural de diferenciação capitalista, reforçando o que Machado (1998) chamou de “culto da competência”.

Vê-se, com certa clareza a partir das falas, que a procura pelos repertórios que reforcem a empregabilidade divide os jovens trabalhadores em dois grupos: os que aceitam a tarefa e os que não aceitam. O aluno 05.H.SO afirma que:

[...] se hoje em dia eu planto a preguiça, mais tarde eu planto a reprovação. Mesmo eu sendo preguiçoso, mesmo eu tendo meus lapsos de não querer. Mas tudo isso eu tenho que me manter firme. É o curso que eu quero seguir. Porque é uma coisa mais forte que tudo isso, né!? Porque tem muita gente relaxada que não quer nada (05.H.SO, 2017).

16 A fala que valoriza o cálculo na projeção das ações é reflexo do entendimento difundido de que o sucesso profissional está restritamente relacionado ao esforço em “adquirir” novos repertórios para ser aplicados no mercado de trabalho. Reforça-se essa ideia com a fala da aluna 03.M.Ed (2017), que projeta seu futuro no esforço contínuo pelo grau de escolarização, perseguindo objetivos, provavelmente financeiros, que atingirá a partir dos novos repertórios.

Como eu me vejo no futuro é uma pergunta bem difícil de responder, mas eu espero que eu seja uma pessoa já formada, indo atrás de um mestrado e doutorado, buscando sempre novos conhecimentos. Indo atrás de coisas que eu não pude realizar agora, mas em breve, com mais condições, dá para ser realizado (03.M.Ed, 2017).

Soma-se à fala anterior a declaração de 04.H.Ed que apresenta uma noção semelhante de futuro.

Eu me vejo, já de uma questão, bem equilibrado de vida, com uma qualidade de vida boa e profissionalizando cada vez mais, até onde eu conseguir mestrado, doutorado. Eu pretendo ir e crescer.



Eu me vejo sempre ajudando as pessoas próximas (O4.H.Ed, 2017).

As duas falas remetem à noção de que terão maior possibilidade de prosperar financeiramente com maior instrução e, assim, conseguirão alcançar uma estabilidade para realizar outros objetivos. Contudo, o aluno O4.H.Ed (2017) coloca que poderá ajudar as pessoas próximas com o sucesso profissional. Ambos mostram que o avanço escolar servirá apenas como satisfação dos interesses pessoais, o que pauta a discussão de que o capital humano, visto como um investimento pessoal, traria retorno apenas ao indivíduo portador daquele capital humano.

Tal tese é levantada por aqueles que defendem a incoerência do sistema público e gratuito de educação, visto que os maiores ganhos são retidos apenas pelos indivíduos portadores do capital humano (PIRES, 2005). Em total discordância a esse pensamento, defende-se, aqui, que essa é uma visão parcial dos teóricos do capital humano em relação ao contexto da flexibilidade.

Os sistemas de educação pública e gratuita em certo ponto garantem a inclusão de uma parcela significativa da classe trabalhadora ao mercado de trabalho. Mesmo com as seguidas tentativas de desmonte, ainda garantem certa redistribuição de renda a partir da educação. A escolha de cursos secundário e superior são eivados de racionalidade instrumental porque ainda representaram uma porta de saída da pobreza. Selecionar a área mais prolífica significa ampliar as chances de alterar a condição social de vida.

Na realidade social apresentada em Parnaíba-PI, o Instituto significa uma considerável porta de saída, já que os cursos ofertados, o corpo docente e as demais estruturas se diferenciam das demais instituições e conferem ao Instituto um certo prestígio social. Assim, a escolha pela referida IF representa uma escolha por repertórios aceitos e consagrados socialmente e que podem significar novas oportunidades. A fala da aluna concluinte O6.M.SO marca bem esse processo de escolha:

Digamos que eu faço um concurso aleatório que precisa só do ensino médio. As únicas pessoas que têm ensino médio e eu que tenho o ensino médio aqui do Instituto. Eu acho que eu iria me sobressair sobre essas outras pessoas. Eu sinto que o Instituto é um acréscimo dos outros (O6.M.SO, 2017).

Portanto, a noção de empregabilidade é uma espécie de guia sobre a seleção de repertórios que garantam a diferenciação. Ou, como na fala apresentada, sobressair significa ter mais oportunidade no mercado devido à formação escolhida, incrementando a possibilidade de diferenciação. Portanto, a escolha desses percursos formativos é a forma de se inserir mais ou menos no mercado de trabalho dentro do capitalismo flexível – há percursos que podem garantir mais inserção e outros menos. O capitalismo geralmente valoriza as funções que podem colaborar no aperfeiçoamento de seu funcionamento e reprodução. A fala do concludente 08.H.El mostra mais um pouco sobre esse processo de seleção.

É assim, não especificamente sobre o curso [de] eletrotécnica, mas eu ficava pesquisando sobre eletrônica, vídeo games, sobre rede, essas coisas, consertar um carrinho. Aí, quando abri as inscrições para cá, aí eu vi o curso de eletrotécnica, aí eu já associei com o que eu gostava e aí está aí, eu fui descobrindo tudo isso aqui dentro, eu me amarrei no curso, é super da hora. Dá para desenrolar bastante na área de trabalho, concurso. Eu até faço bicos hoje em dia que é como eu estou te falando, que é o meu dinheiro. Eu trabalho como eletricista (08.H.El, 2017).

18

Com o pensamento na inserção no mercado de trabalho, os alunos buscam incrementar os repertórios aprendidos e que podem ser replicados com mais adaptabilidade no contexto de Parnaíba. O aluno 10.H.Ed (2017) diz: “estou terminando este ano, Graças a Deus, e essa minha questão é que eu sempre me esforcei também para conseguir aprender demais da área técnica, também o meu futuro”. Isso demonstra, a partir da consagração dos repertórios, que os próprios alunos buscam focar mais na parte prática de suas formações para aumentar o repertório exigido pelas empresas. Ramos (2002) chama a atenção para a Pedagogia das Competências que está vinculada à reprodução de comportamentos reconhecidos pelo mercado de trabalho. É um conhecimento prático que se conecta apenas com as rotinas básicas do trabalho. Assim, a valorização da formação prática é patente, visto o processo bancário imposto a educação como reforça a fala de 07.H.El:

É, como eu já estou terminando, eu achei o curso muito bom. Os professores são qualificados, são muito bons. Mas falta mesmo é a área de estágio que aqui não tem, não tem no campus, não tem convênio com nenhuma empresa que a gente faça estágio e a



gente acaba aqui não tendo a prática, não colocando na prática tudo que a gente aprende. Uma questão mesmo mais de prática mesmo (07.H.El, 2017).

Essas falas materializam a ideia de que o processo educacional se transformou em uma tentativa de colecionar experiências que podem ser significativas para a inclusão no mercado de trabalho, pois são marcadas pelos fundamentos da Teoria do Capital Humano e seus desdobramentos. A visão calculista sobre o futuro subordina o processo de aprendizagem e instala uma racionalidade instrumental sobre o empenho de esforços do presente nos resultados financeiros desejados no futuro. Isso fica claro com outra afirmação do jovem 07.H.El (2017): “É fundamental assim né, é o que visa o nosso futuro o que a gente estuda hoje e as consequências que virão para frente”.

Mais uma vez, afirma-se que a Teoria do Capital Humano é fundamento da economia da educação e que por meio de recursos discursivos se reproduz baseada em noções que invertem a produção econômica e repassam ao trabalhador a obrigação pela perpetuação da vaga de trabalho. Assim, na égide da sociedade do capitalismo flexível, exige-se um alto padrão de adaptação às novas exigências. Caso não haja a adaptação, se encaminha o indivíduo em não-conformidade às bordas dos estratos sociais.

19

Conclusão

Parte-se do entendimento que a Teoria do Capital Humano (SCHULTZ, 1973) versa que o crescimento econômico estaria vinculado, em primeiro plano, ao investimento governamental em educação, saúde e seguridade social. Com essa premissa, logo tornou-se referencial aos planos educacionais dos organismos multilaterais no período pós-segunda guerra. Porém, com a crise do modelo de desenvolvimento do Estado de bem-estar, o investimento saiu da esfera estatal e passou a ser uma estratégia individual no ambiente do capitalismo flexível. Nesse contexto, as noções de empreendedorismo e empregabilidade ganharam espaço nas agendas de desenvolvimento econômico.

Com isso em tela, e como resultado predominante deste texto, percebeu-se que as noções de empreendedorismo e empregabilidade constituem o discurso dos alunos pesquisados, suas escolhas, jornadas ou planos. As manifestações se dão com a reprodução de elementos consagrados pelos teóricos

do capitalismo ou pela mídia dominante que reforçam o investimento individual como um processo de diferenciação positiva às exigências do mercado. Assim, transformam a Teoria do Capital Humano em uma doutrina do crescimento econômico voltada ao sucesso individual.

Destaca-se que há entre as falas elementos que colaboram para um culto ao desempenho que se assemelha à idolatria aos atletas e empresários de sucesso. Reforça-se a figura do indivíduo intrépido que conquista suas metas através dos esforços contínuos e prolongados. Ao acreditar nessa construção, os jovens dizem-se dispostos a fazer o necessário para atingir o sucesso prometido.

Volta-se a acentuar que a Teoria do Capital Humano no atual estágio da sociabilidade capitalista reforça a noção do acionista de capital humano, ou seja, aquele que investe em si próprio com expectativa de maior rentabilidade como resultado dos esforços despendidos. Com efeito, essa noção colabora com o processo de fragmentação da identidade e de pertencimento dos membros da classe trabalhadora ao potencializar a separação entre os objetivos individuais e os objetivos da vida em sociedade.

Entretanto, também se notou a negação da aceitação e reprodução dessas noções derivadas da Teoria do Capital Humano. A resistência às noções hegemônicas está vinculada à construção de relações sociais que compartilham conceitos e desvelam formas de exploração empreendidas pelo modo de produção e seus mecanismos de reprodução. Sendo assim, o entendimento de que a escola é uma arena de disputa da luta de classe se reforça por apresentar em seu interior o movimento de reprodução-negação das noções basilares à exploração natural da relação capital-trabalho.



Referências

03.M.Ed. **Entrevista**. Parnaíba (Piauí), 16 nov. 2017.

04.H.Ed. **Entrevista**. Parnaíba (Piauí), 16 nov. 2017.

05.H.SO. **Entrevista**. Parnaíba (Piauí), 16 nov. 2017.

06.M.SO. **Entrevista**. Parnaíba (Piauí), 16 nov. 2017.

07.H.El. **Entrevista**. Parnaíba (Piauí), 20 nov. 2017.

08.H.El. **Entrevista**. Parnaíba (Piauí), 20 nov. 2017.

10.H.Ed. **Entrevista**. Parnaíba (Piauí), 20 nov. 2017.

BALASSIANO, Moisés; SEABRA, Alexandre Alves de; LEMOS, Ana Heloisa. Escolaridade, salários e empregabilidade: tem razão a teoria do capital humano? **RAC**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 4, p. 31-52, out./dez. 2005.

BOWLES, Samuel; GINTIS, Herbert. El problema de la teoria del capital humano: una crítica marxista. **Revista de Economía Crítica**, Barcelona, n. 18, jul./dez. 2014.

BRASIL. Lei nº. 13. 415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e o Decreto-Lei no 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei no 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 16 fev. 2017. Seção 1, p 1.

COSTA, Sylvio de Sousa Gadelha. Governamentalidade neoliberal, Teoria do Capital Humano e empreendedorismo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 171-186, maio-ago., 2009.

DOLABELA, Fernando. Pedagogia empreendedora. **Revista de Negócios**, Blumenau, v. 9, n. 2, p. 127-130, abr./jun. 2004.

DRUCKER, Peter Ferdinand. **Inovação e espírito inovador** – práticas e princípios. Tradução Carlos J. Malferrari. São Paulo: Pioneira, 1986.

EHRENBERG, Alain. **O culto da performance** – da aventura empreendedora à depressão nervosa. Tradução Pedro F. Bendassoli. Aparecida: (São Paulo): Ideias & Letras, 2010.

FREIRE, PAULO. **A pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

LEMOS, Ana Heloisa da Costa; DUBEUX, Veranise Jacobowski Correia; PINTO, Mario Couto Soares. Educação, empregabilidade e mobilidade social: convergências e divergências. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, jun. 2009.

MACHADO, Lucília, Educação básica, empregabilidade e competência. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, n. 3, jan./jul. 1998.

MARIANO, Sandra; MAYER, Verônica Feder. **Empreendedorismo** – fundamentos e técnicas para criatividade. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

PIRES, Valdemir. **Economia da Educação**. Para além do Capital Humano. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

RAMOS, Marise Nogueira. **A Pedagogia das competências**: autonomia ou adaptação. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Tradução Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SCHULTZ, Theodore William. **O capital humano**: investimentos em Educação. Tradução Marco Aurélio de Moura Matos. São Paulo: Zahar Editora, 1973.

SMITH, Adam. **A Riqueza das nações** – das causas do aprimoramento das forças produtivas do trabalho e ordem segundo a qual sua produção é naturalmente distribuída entre as diversas categorias do povo. Tradução Maria Teresa Lemos de Lima. Curitiba: Juruá, 2010. (Livro I).

WOOD JUNIOR, Thomaz; PAULA, Ana Paula Paes de. O culto da performance e o indivíduo S.A. In: EHRENBERG, Alain. **O culto da performance** – da aventura empreendedora à depressão nervosa. Aparecida (São Paulo): Ideias & Letras, 2010.



Prof. Dr. Élido Santiago da Silva
Universidade Federal do Delta do Parnaíba (Brasil)
Departamento de Ciências Sociais, Educação e Desporto
Grupo de Estudos e Pesquisas em Trabalho e Educação – GEPE/UFPA
Orcid id: <http://orcid.org/0000-0003-2545-0860>
E-mail: elidosantiago@gmail.com

Prof. Dr. Gilmar Pereira da Silva
Universidade Federal do Pará (Brasil)
Faculdade de Educação - Campus Cametá
Grupo de Estudos e Pesquisas em Trabalho e Educação – GEPE/UFPA
Orcid id: <http://orcid.org/0000-0001-9814-9089>
E-mail: gpsilva@ufpa.br

Recebido 1º jun. 2020

Aceito 16 jul. 2020